O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 28/07/2022 - 06:00

Reação pró-democracia cresce; governo busca trégua com TSE

Eleições 2022 | Sociedade civil

Federação de bancos endossa reação da sociedade em defesa da democracia

Entidade que reúne instituições financeiras decide assinar manifesto em elaboração pela Fiesp; Caixa e BB não aderem e Bolsonaro ironiza carta da Faculdade de Direito da USP

BEATRIZ BULLA
GUSTAVO QUEIROZ
SÃO PAULO
ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO

Lira cumprimenta Bolsonaro ao lado de Ciro Nogueira, em convenção do PP, na Câmara dos Deputados

Às vésperas do início do período eleitoral, a reação a ataques ao sistema de votação avança com a adesão de entidades representativas de setores econômicos e a participação da sociedade civil. Ontem, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) decidiu assinar um manifesto em defesa da democracia em elaboração pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em 24 horas, outro documento – a "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros" –, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ganhou mais de 165 mil signatários.

A Caixa e o Banco do Brasil não endossaram o documento intitulado "Em Defesa da Democracia e da Justiça". Em tom mais moderado que o texto já assinado por juristas, empresários, banqueiros e artistas, o manifesto das entidades será publicado em jornais em 11 de agosto. No mesmo dia, dois atos serão realizados na unidade da USP – uma homenagem a ministros de Cortes Superiores, no salão nobre, e a leitura da carta, nas arcadas.

Após reiteradas declarações infundadas sobre fraudes nas urnas, o presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem que não precisa de "nenhuma cartinha" para dizer que defende a democracia. O governo, porém, tenta convencer o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a adotar propostas das Forças Armadas sobre o sistema eleitoral (*mais informações na pág. A10*).

O manifesto da Fiesp que ganhou o apoio da Febraban terá ainda a assinatura de entidades da sociedade civil, como a Comissão Arns e o Geledés. Há a expectativa de que a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib) também endosse o texto, assim como parte do agronegócio. Com o apoio aos tribunais, a ideia é se antecipar a atos de apoiadores do presidente, previstos para o 7 de Setembro.

No ano passado, a possibilidade de assinar um manifesto semelhante diante das investidas de Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal (STF) dividiu a Febraban. Houve atrito interno, e Caixa e BB ameaçaram deixar a entidade. A crise foi apaziguada após a federação retirar o endosso ao documento. Agora, a Febraban, "no âmbito de sua governança interna, por maioria, deliberou por subscrever documento encaminhado" pela Fiesp. A Febraban é a principal entidade representativa do setor bancário. Tem 119 instituições financeiras – de um total de 155 em operação no Brasil – que representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias.

Manifestação
Faixas com dizeres 'Estado democrático de direito sempre' foram colocadas no Largo São Francisco

CARTA. Ontem, o site da Faculdade de Direito registrou 11 mil acessos por hora, um recorde – a página já teve seis milhões de acessos. A carta foi lançada com 3 mil assinaturas. Um dos novos signatários foi o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa – nove ex-ministros já haviam assinado o texto, que pretende repetir, simbolicamente, a leitura da "Carta aos Brasileiros" pelo professor Goffredo da Silva Telles, em 1977, durante a ditadura militar.

Na virada da noite de anteontem para ontem, a adesão já chegava a 30 mil. No manifesto disponível ao público estão nomes como Roberto Setubal, Candido Bracher e Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco), Pedro Passos e Guilherme Leal (Natura), Walter Schalka (Suzano) e Horácio Lafer Piva (Klabin).

Ao **Estadão**, Schalka disse que nunca viu uma mobilização como a atual no meio empresarial (*mais informações na pág. B14*). Piva afirmou ao *Estadão/Broadcast* que a democracia é "uma fênix que renasce exatamente por ser o único sistema político que tem no seu cerne a liberdade". "Mas nossa história já provou que ela pode ser nocauteada", disse.

JANTAR. No mesmo dia dos atos na unidade da USP, quando serão comemorados 195 anos de fundação da faculdade, Bolsonaro terá jantar na capital paulista com empresários do Esfera Brasil, coordenado pelo empresário João Camargo. O grupo tem liderado encontros com políticos de diferentes partidos. Entre os nomes que costumam ser convidados para as reuniões estão Abilio Diniz (Península Participações) e Flávio Rocha (Riachuelo). Até agora, nenhum dos três consta da lista de signatários do manifesto em defesa da democracia.

Para Bolsonaro, a carta da USP é "manifesto político". "Vivemos em um país democrático, defendemos a democracia, não precisamos de nenhuma cartinha para dizer que defendemos a democracia. Dizer que queremos cumprir e respeitar a Constituição, não precisamos de apoio ou sinalização de quem quer que seja", afirmou o chefe do Executivo na convenção do PP que selou o apoio do partido à sua candidatura à reeleição. ● COLABORARAM MURILO RODRIGUES ALVES, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, EDUARDO GAYER E IANDER PORCELLA

'Movimento supera divergências partidárias'

ENTREVISTA

Carlos Ari Sundfeld
Um dos articuladores da carta pró-eleições

BRASÍLIA

Um dos responsáveis por reunir assinaturas para o manifesto em defesa da democracia, o presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), Carlos Ari Sundfeld, disse que o movimento é resultado da consciência de que é preciso deixar de lado as divergências. "Estamos conseguindo grande convergência, que não é comum", afirmou Sundfeld, que é professor da FGV.

Qual a importância desse movimento?
Tem coisas evidentes que se conseguiu, desta vez, superar divergências naturais, partidárias. Tem gente que gosta de coisas do governo e outras que são horrorizadas. Elas estão juntas em torno da democracia, das eleições e da Justiça Eleitoral. Estamos conseguindo grande convergência, que não é comum.

É uma convergência maior do que a do manifesto do ano passado antes das ameaças do 7 de Setembro?
Sim, porque naquele manifesto houve uma adesão, mas foi um movimento menor. As coisas caminharam em vários sentidos. De um lado, aumentaram as preocupações dos diversos setores com os riscos à democracia. Aumentou a consciência de que era preciso deixar de lado a inércia e as divergências para afirmar com muita força a crença na democracia. É diferente.

O que surpreendeu agora?
O grau de adesão. Estamos ainda no período na coleta das assinaturas iniciais para a carta dos brasileiros e sou um dos que ficaram no papel de coletor de assinaturas. Percebi uma busca ativa de se apresentar. Procuraram, "eu quero participar", "eu acho importante", "não estou fazendo campanha". Muitos disseram que querem estar lá na Faculdade de Direito (*da USP, no dia 11 de agosto*), que querem mostrar a cara. É um movimento que tem um significado diferente, de engajamento de pessoas que estão conscientes dos perigos diante das reiteradas ameaças à estabilidade. Isso, para mim, é novidade.

Como tem de diferente também no movimento dos grupos empresariais?
A disposição de entidades empresariais de se juntarem. Aí falo do manifesto com as associações de todos os tipos, jurídicas, do terceiro setor, de superarem o receio de suas manifestações serem usadas eleitoralmente, pois, agora, há uma causa comum, justifica um posicionamento corajoso, que não é partidário, mas institucional. É também uma novidade. A Fiesp é uma delas. ● A.F.

Governo tenta convencer TSE a adotar sugestões de militares

Ministros da Casa Civil, das Comunicações e da AGU buscam contato direto com Alexandre de Moraes, que vai presidir a Corte Eleitoral

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro deflagrou uma operação de bastidores para tentar convencer o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a adotar propostas das Forças Armadas sobre a segurança das urnas eletrônicas ainda nas eleições de outubro. Com o diálogo bloqueado entre o Ministério da Defesa e a atual presidência da Corte, ministros da ala política do Palácio do Planalto buscaram contato direto com o Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente com Alexandre de Moraes, que comandará a Justiça Eleitoral durante a eleição.

O acordo é visto no governo como uma saída para evitar que reações de bolsonaristas descontentes fujam do controle no 7 de Setembro ou caso Bolsonaro perca a eleição. A busca de entendimento começou há poucos dias e inclui conversas com Moraes e outros ministros do STF. Os emissários do governo são os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Fabio Faria (Comunicações) e Bruno Bianco (Advocacia-Geral da União).

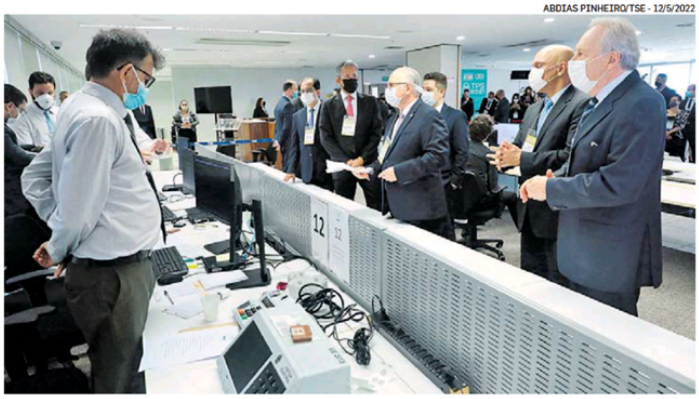
O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, acompanha as tratativas. Antes, a abordagem do governo era liderada por ele, pelo Ministério da Justiça e pela Controladoria-Geral da União (CGU). Após declarações divergentes, Paulo Sérgio e o atual presidente do TSE, ministro Edson Fachin, pararam de se falar.

Moraes assume a presidência do TSE em 16 de agosto. Os governistas não têm esperança de acordo antes da troca, mas acham possível construir a saída para o impasse até o fim de agosto. Embora os dois ministros estejam alinhados na defesa das urnas, Moraes tem perfil político e trânsito com militares. Sob Fachin, o TSE já disse que as propostas da Defesa seriam consideradas apenas para eleições futuras.

SEM CONFUSÃO. Quem conversou com Moraes disse que ele demonstrou abertura e disposição para "evitar confusão" enquanto estiver na presidência do TSE. Um ministro de Estado que participa das conversas disse ao **Estadão** que há abertura da parte de Moraes e que "tudo vai estar resolvido" antes do 7 de Setembro. Procurado, ele não se manifestou.

Para ministros palacianos, caso as propostas das Forças Armadas fossem implementadas, os militares dariam aval à confiabilidade e transparência do sistema eletrônico de votação. Com isso, Bolsonaro poderia baixar o tom e encerraria a escalada contra as urnas, que promove de forma recorrente, mesmo sem prova de fraude e à revelia do Centrão.

ABDIAS PINHEIRO/TSE - 12/5/2022



Ministro Edson Fachin (centro, com papéis na mão) conversa com técnicos do TSE em testes de urnas

estadaodigital#erika@clipclap.com.br

Questionamentos

Militares exigem testes públicos de segurança de urnas e cobram incentivo às auditorias por partidos

Auxiliares do presidente dizem que bastaria um breve recado dele pelo WhatsApp para bolsonaristas promoverem distúrbios como os vistos nos Estados Unidos na ocasião da derrota de Donald Trump. Na avaliação deles, o cenário é de consequências imprevisíveis.

A cruzada para minar a confiança nas urnas eletrônicas, com indicativo de contestação do resultado, levou a uma reação da sociedade civil sem precedentes. Um manifesto em defesa da democracia ultrapassou 100 mil assinaturas. A adesão pressionou o Planalto a procurar um acordo.

PROPOSTAS. Depois de enviarem 88 questionamentos e 15 sugestões de mudança ao TSE, os militares se concentraram em três pontos. Eles exigem testes públicos de segurança com o novo modelo de urna, a UE2020. No teste, a máquina é submetida a tentativas de invasão, para verificar a higidez. As eleições vão usar 225 mil urnas desse modelo, o que equivale a 39% das 577 mil. Somente as antigas passaram pelo teste. O TSE diz, porém, que o novo tipo é mais moderno e seguro.

Os militares cobram incentivo às auditorias por partidos políticos. Apenas três siglas, no entanto, se registraram para fiscalizar a votação: o PL, por insistência de Bolsonaro, o PV e o PMN. Por falta de habilitação técnica, o PL desistiu de contratar uma empresa e vai cadastrar apenas consultores para auditar as urnas.

A terceira e mais complexa proposta das Forças envolve alteração na forma como é feito o teste de integridade das urnas, no dia da votação. Os militares sugeriram que o TSE transferisse o exame para as seções eleitorais e envolvesse eleitores reais, que seriam convidados, depois de votarem na cabine oficial, a desbloquear com biometria uma segunda urna-teste instalada no local. Em seguida, uma "votação paralela" seria conduzida e checada por servidores da Justiça Eleitoral, com uso de cédulas de papel para conferir o funcionamento do equipamento.

Atualmente, esse teste é feito na sede dos TREs, sem participação de eleitores, com gravação e transmissão ao vivo na internet. Nunca houve divergência. Para os militares, porém, o teste não cobre todas as ameaças internas, como vírus que poderiam ser instalados fisicamente na estrutura das urnas ou nos programas que processam os votos e a contagem. ●

NA WEB
Agregador de Pesquisas: veja cenário mais provável da corrida eleitoral
www.estadao.com.br/

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 8 e 10

Copyright © Clipclap 2025.